

N.º: Gp114-X
Proc.º: 30.06.01.04
Data: 21.02.2013

Assunto: Debate de Urgência – Situação Económica, Social e Financeira da Região

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores membros do Governo,**

O substantivo que define este debate é... crise.

A crise que iria chegar mais tarde e ir embora mais cedo dos Açores.

(Compromisso assumido, compromisso NÃO cumprido, Sr. Vice-presidente)

A crise que os Açorianos sentem.

A crise que se espelha nas opções que as famílias têm que fazer...

Entre pagar a prestação da casa ou a educação dos filhos;

Entre emigrar para ter uma vida ou marcar passo deixando o desemprego hipotecar o futuro;

Entre desesperar à espera de receber da Administração Regional e suas associadas ou manter empregos e pagar aos trabalhadores;

Entre ser penhorado pela banca (que tanto ofereceu até há pouco) ou deixar penhorar o orgulho e recorrer às instituições de apoio social;

Entre comer uma vez por dia ou pagar os medicamentos;

**Entre a insuportável ideia de esperar, sem esperança, que o serviço de saúde marque a consulta ou chame para a cirurgia ou agonizar entregue à sua sorte;
É a crise, que desespera, sem fim à vista.**

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

O ânimo dos Açorianos está sombrio e a paciência para enfrentar a crise ao som das quase heróicas “conquistas” do Senhor Vice-presidente do Governo começa a escassear.

Perante a crise;

O aumento de falências de empresas (a maior taxa de sempre nos Açores);

O aumento de insolvências familiares (também a maior taxa de sempre);

O aumento brutal do desemprego (a maior taxa do regime Autónimo);

O aumento do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (a maior percentagem do País);

A maior dívida pública de sempre;

O aumento do tempo de pagamento aos fornecedores;

O atraso no pagamento aos agricultores e aos pescadores;

O cancelamento de cirurgias por falta de meios;

Ou o encerramento de hotéis por falta de turistas;

Perante isto, o Governo socialista vende um optimismo que é ilusório.

Na verdade, o Governo socialista decretou que a crise não teria impactos significativos, no preciso momento em que a crise se adensava na Região, iludindo os Açorianos sempre em momentos pré-eleitorais.

Na verdade, a gestão financeira da Região, tão auto-elogiada, não evitou a necessidade de um resgate nacional de 135 milhões de euros, impondo à Região (para os próximos 10 anos) toda a austeridade que se criticava à República.

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

O PS, o Governo Regional e o Senhor Vice-presidente, em particular, olham para a crise como aqueles actores do cinema mudo que perderam os seus papéis quando chegou o cinema sonoro.

A tese de que o Governo Regional não tem responsabilidade na crise que nos assola não resiste, nem à realidade, nem à lógica. Basta de tratar os Açorianos como criaturas influenciáveis por qualquer propaganda barata.

Os Açorianos estão a cansar-se do excesso de propaganda e do défice de autenticidade.

Face à situação da pobreza, face ao acentuar das desigualdades sócio-económicas na Região, constatamos que o Governo não fez tudo para nos preparar para esta crise.

Assim, importa saber o que está o Governo a fazer para que os Açores, quando passar a crise, estejam na linha da frente das regiões que voltam a crescer ou se, pelo contrário, ficaremos na cauda daqueles que se atrasam?

A conjuntura actual impõe realismo!

Por mais planos, por mais programas, por mais milhões e, às vezes, até por mais ilusões que o Governo apresente, a verdade é que hoje estamos numa situação social, económica e financeira dramática e preocupante.

Por isso, em boa hora, o CDS-PP suscitou este debate de urgência. Notámos e registámos que, após a sua marcação, o Senhor Vice-presidente do Governo decidiu fazer uma ronda de propaganda, anunciando medidas de combate ao desemprego, negócios milionários (que, desta vez, contam com 50% de desconto), ou mesmo acordos devidamente articulados e entendimentos coniventes com o Ministério das Finanças para evitar que, aos olhos da Troika, Portugal tenha mais uma Região Autónoma falida.

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

Termino dizendo que é absolutamente possível, absolutamente necessário e absolutamente decisivo fazer mais, fazer melhor e fazer diferente, em relação à situação social, económica e financeira da Região.

O Deputado

Artur Lima